

A VARÍOLA EM GOIÁS: A PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE SURTOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

SMALLPOX IN GOIÁS: THE PREVENTION AND CONTAINMENT OF OUTBREAKS IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

Leicy Francisca Da Silva*
leicyf@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar as ocorrências de varíola em Goiás, na segunda metade do século XIX, observando a ação do Estado para sua prevenção e na organização de medidas para contenção da propagação da enfermidade. Como atuaram médicos, administradores e leigos para a contenção do risco epidêmico? E, qual o padrão de atuação da administração pública na diminuição da ameaça de propagação da enfermidade? O referencial teórico se fundamenta nas observações apontadas por Pierre Damon sobre o papel de médicos e leigos na aplicação e propagação da vacina. Adotou-se como metodologia a interpretação de fontes compostas por artigos jornalísticos (*Tribuna Livre*, *Correio Oficial*, *Semanário Oficial* e *O publicador Goyano*), documentos produzidos pela administração pública (Relatórios de presidentes de província/estado) e artigos médicos.

PALAVRAS-CHAVE: História da saúde e das doenças; Varíola; Goiás.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the occurrences of smallpox in Goiás, in the second half of the 19th century, observing the State's action for its prevention and the organization of measures to contain the spread of the disease. How did physicians, administrators and lay people act to contain the epidemic risk? And what was the pattern of action of the public administration to reduce the threat of the spread of the disease? The theoretical referential is based on the observations pointed by Pierre Damon about the role of physicians and lay people in the application and propagation of the vaccine. The methodology adopted was the interpretation of sources composed of journalistic articles (*Tribuna Livre*, *Correio Oficial*, *Semanário Oficial* and *O publicador Goyano*), documents produced by the public administration (Reports of provincial/state presidents) and medical articles.

KEYWORDS: History of health and diseases; Smallpox ; Goiás.

Introdução

Em 1798, com a definição da vacina e suas propriedades, abria-se à atividade médica a via preventiva. Na França, explica Pierre Damon, a difusão e adesão à prática foi “fruto do empenho de um número restrito de vacinadores que se movimenta[ra]m num meio onde se defronta[va] uma série de forças de impulsão e de inércia” (1985, p. 307 e 308). A impulsão inicial foi dada pelos poderes públicos: espalhando circulares, promulgando decretos, aconselhando aos pobres, direcionando a criação de grupos locais de vacinação, elaborando listas dos representantes das câmaras responsáveis pela tarefa e das crianças a serem vacinadas. Enfim divulgando medidas, mesmo que pouco empregadas, de pressão e repressão contra os que não aderiam à prática. Hierarquicamente no âmbito dos agentes públicos,

* Professora na Universidade Estadual de Goiás. Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás.

subprefeitos, presidentes de câmara e padres eram informados e participavam desse processo, implantado pelo Estado e voltado para a medicação com efeito de massa. As próprias epidemias ou surtos da doença serviam como elemento propulsor da prática preventiva, diante da mortandade que a varíola causava, os vacinados eram “sistematicamente poupados”, explicitando empiricamente aos céticos a eficiência da prática vacinal (1985, p. 308). Desde a metade do século XVIII, a introdução do pus variólico permitia conferir imunidade, mas o processo apresentava vantagens e desvantagens. Com a inovação da vacina, o método da inoculação poderia, às vezes, causar o inconveniente de tornar-se mortal (proporção entre 0,5 e 2%). Paradoxalmente, a vacina traduz-se “num atentado contra o prestígio do médico”, porque ele torna-se responsável pelos resultados daquela operação “e o menor fracasso, real ou suposto, ser-lhe-á duramente imputado”. Os esculápios atuam desse modo estrategicamente apoiando a questão, mas “deixando a outros, médicos de aldeia ou de bairro, enfermeiros ou parteiras, o cuidado de vacinar” (1985, p. 306).

Arlene Gazêta (2006) e Tania Fernandes (2004) consideram que, no Brasil, a varíola constituiu-se como o grande problema sanitário, com importante papel na estruturação da saúde pública e na orientação de políticas sanitárias estatais. Impactou no início e na institucionalização das práticas de imunização (FERNANDES, 2004; SILVEIRA, 2013; SOUSA, 2018). Jacques Le Goff indica que a administração pública se torna gestora poderosa da saúde e executora da medicina científica sobre corpos, inclusive sadios, por meio de medidas preventivas (1985). No entanto, esse foi um longo processo.

Nosso objetivo é pensar sobre a doença, a ação do Estado para sua prevenção e na organização de medidas para contenção da propagação quando da ocorrência de surtos em Goiás. Eliezer Cardoso de Oliveira, analisando a ocorrência da enfermidade nessa província, no século XIX, identifica os medos e a oposição da população em relação à vacinação e situa-os no quadro de resistência popular às medidas “civilizadoras” do Estado (2003). Ele identifica no século XIX a ocorrência de dois surtos na região da província, o primeiro em 1810/11, durante a administração de Fernando Delgado, e a segunda, em 1873, quando a província estava sob o comando de Antero Cícero de Assis. Análise em conformidade com Mary Karasch que pontua terem sido poucas as epidemias expressivas no Estado, decorrente da baixa densidade populacional e da possibilidade de mudança da população dos locais afetados para espaços mais remotos, que impossibilitava a propagação da doença (1999). A historiografia

da saúde em Goiás no XIX tem exposto que os serviços preventivos se organizavam, quase exclusivamente, no trabalho de vacinação e revacinação contra a enfermidade. E, conseqüentemente, prescindiu-se pouco ou expressou-se um restrito empenho dos setores público e privado na profilaxia e em conclusão pouca exigência da atenção sanitária e do contato entre os médicos e a população.

A análise das fontes, relativas à segunda metade do século XIX, permite identificar outros momentos de surto e de preocupação pública com a possibilidade de desenvolvimento de uma epidemia. Esta pesquisa elege esses eventos para apreciação, e tem como questões principais observar como se compôs o cuidado preventivo de saúde para a população goiana para prevenção do risco de epidemia? Como o trabalho de médicos, administradores e leigos é definido e organizado para a contenção do risco? E, por fim, qual o padrão de atuação da administração pública na diminuição da ameaça de propagação da enfermidade? A metodologia empregada foi a leitura e interpretação de fontes documentais compostas por artigos jornalísticos (divulgados pela *Tribuna Livre*, *Correio Oficial*, *Semanário Oficial* e *O publicador Goyano*), documentos da administração pública (Relatórios de presidentes de província) e artigos médicos.

A Guerra do Paraguai: a intensificação da comunicação e trânsito na província

Eliézer Oliveira (2003) explica que o isolamento geográfico de Goiás, decorrente da “precariedade dos meios de transportes, a debilidade dos núcleos urbanos, o baixo crescimento demográfico” foi fator relevante para ausência de epidemia de varíola no XIX. Este mesmo isolamento afastava a província da “civilização” e frustrava a elite administrativa para quem esse isolamento explicava um suposto “atraso” cultural da sua população (2003, p. 942). A resistência à vacinação era explicada a partir das diferenças comportamentais de uma elite dita “civilizada” e dos populares “atrasados”, responsabilizados pela recusa da prática profilática. O tempo da viagem – em lombos de mulas ou em embarcações por vias precárias nos leitos dos rios ou estradas para aceder o território da província – funcionava como cordão sanitário ou uma quarentena natural; exceto em viagens em comitivas, em que o número de viajantes permitiria a sobrevivência do agente mórbido nos corpos ou materiais transportados.

Ponderamos que no século XIX, a maioria das excursões de longa distância ocorriam em grupo.¹ Dado que corrobora nossa observação de que, para além dos surtos de varíola identificados pelo autor na província nos anos de 1810/11 e de 1873, detectamos no século XIX, a partir da análise das fontes, a ocorrência do surto epidêmico de 1866. Lembramos que no período de 1865 a 1870 se desenrola a *Guerra da Tríplice Aliança* ou *Guerra do Paraguai*. Durante este intervalo de tempo houve o trânsito de tropas por terras goianas, advindas de diversas regiões do país em direção a Mato Grosso. Ademais, intensificou-se o contato entre Goiás e a região do confronto em decorrência do fato desta província ter sido a base de ligação entre a administração central e o palco do conflito.

Luiz de Castro Souza afirma que com o início da Guerra o governo imperial, seguindo o conselho de Caxias, convoca 12.000 homens da Guarda Nacional de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, e “organiza uma Coluna Expedicionária” para marchar a Mato Grosso (SOUZA, 1972, p. 384). Parte deste contingente é organizado em 1865 e deixa a cidade de Santos (São Paulo) recebendo pelo caminho adesão das forças das demais províncias. A apreciação feita pelo autor nos permite perceber os trânsitos, os encontros, os contatos e a intensificação da população em trânsito, bem como a incidência da varíola entre a tropa a caminho do combate. O primeiro caso de varíola ocorreu quando a expedição estava na cidade de Campinas (São Paulo), em maio de 1865, o que gerou óbitos e deserção na tropa.

O caminho trilhado pelo grupo seguiu após esse episódio passando pelas cidades de Ribeirão Preto, Franca, Uberaba. Permaneceram por quarenta e sete dias em Uberaba, recebendo a incorporação das forças mineiras, onde em decorrência da varíola houve “14 óbitos e desertaram 76 praças”, ali “os soldados enfermos foram alojados e tratados numa enfermaria do Hospital da Santa Casa de Misericórdia” (SOUZA, 1972, p. 396). Prosseguiram por Uberlândia, e adiante, na cidade de Monte Alegre de Minas, já nas proximidades com a província goiana, recrudesceram “os casos de varíola” exigindo a instalação de uma “enfermaria, a cargo de um dos médicos militares da expedição” (1972, p. 398).

A travessia do Rio Paranaíba para adentrar o território goiano ocorreu em 29 de setembro de 1865. O Corpo Expedicionário, nesse momento, possuía um efetivo de 1.600

¹ No século XIX, a venda de gado vivo representava com a crise da mineração o principal elemento de comércio regional, voltado normalmente para mercados como os de Minas Gerais e São Paulo. As comitivas formadas por pessoas e animais transitavam por estradas e cidades da região e poderiam funcionar como vetor da enfermidade.

homens “pois, grandes foram as baixas por doenças e deserções”, acrescente-se que o “número de muares somava 2.500, excluídos os do fornecedor que levava os bois para o consumo e das viaturas de mantimentos. Transposto o rio, a coluna vai acampar perto do povoado de Santa Rita de Cássia ou Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara” (SOUZA, 1972, p. 398). Precisamente em 22 de outubro de 1865, a coluna estava fazendo a travessia do Rio dos Bois em direção à Vila das Abóboras (Rio Verde), onde encontrava as tropas vindas da capital goiana. Os militares permaneceram ali até o início de novembro, seguindo a direção do depósito de mantimentos denominado Baús, em Mato Grosso, alcançando-o no final deste mês, onde foi “obrigada a refazer-se” em decorrência da fome.

Em seu relato, Luiz de Castro Souza não menciona a continuidade da enfermidade, o que acreditamos forte probabilidade; pois Jorge Prata de Sousa assinala que essa expedição “passou para a historiografia militar como a empreitada mais desastrosa durante a guerra do Paraguai” e que as forças que a compunham eram “caracterizadas como a ‘vanguarda de estropiados e doentes’” (SOUSA, 2004, p. 62).

A tropa, explica Souza, a 30 de novembro prosseguiu a marcha para Coxim, onde chegam em 16 de dezembro. Em Coxim, já se encontravam os soldados do *Vigésimo Batalhão de Infantaria de Goiás*, “376 praças e o esquadrão de cavalaria, constituído por uma companhia de cavalaria de linha da província e outra companhia de cavalaria de Voluntários da Pátria, formando um efetivo de uns 200 homens”. O efetivo da tropa era de 2.071 homens que perfazia “um agrupamento humano calculado em 3.000 pessoas, com as praças e suas famílias, carreteiros, bagageiros etc.” (1972, p. 401 e 402). Os acampados em Coxim sofreram um surto de varíola que, acreditava-se, trazida pelo contingente recém-chegado (1972, p. 64).

Interrompida a marcha por 127 dias, sofreu “a escassez do abastecimento”; os recursos foram solicitados e “quem surge em socorro da Coluna é o presidente de Goiás, Augusto Ferreira França” (SOUZA, 1972, p. 402). As tropas saíram em abril de 1866 em direção a Aquidauana, mas pararam nas margens do Rio Negro em 8 de maio de 1866 para aguardar a segunda brigada “que havia partido, em começos de maio, do Coxim, depois de receber em suas fileiras o reforço de um batalhão de voluntários de Goiás, denominado ‘Goiano’”. Souza

informa que o “Batalhão Goiano de Voluntários era constituído de 432 praças, tendo saído da capital da província a 20 de janeiro de 1866” (1972, p. 406).²

Sobre a preocupação preventiva em relação aos soldados, Zildete Martins menciona que em 1865, saíram de Goiás, em direção ao Mato Grosso, os recrutados na província e as ambulâncias organizadas pelo médico Theodoro Rodrigues de Moraes³ - acondicionadas com os itens necessários para o Batalhão de Caçadores. Acompanhava-os o cirurgião, doutor Candido Manoel de Oliveira,⁴ “com a intenção de prestar a necessária assistência médica aos componentes do Batalhão” (MARTINS, 1978, p. 67). Durante a administração de Augusto Ferreira França, lâminas com o pus vacínico, foram pedidas junto ao *Instituto Vacínico da Corte*; outras foram recebidas em 26 de maio de 1866 de Balbino de Moraes Pinheiro, Juiz de termo de Uberaba, o que permitiu soldados do Batalhão de Caçadores e da Companhia de Voluntários da Pátria, e os do esquadrão de cavalaria, fossem vacinados antes da partida (MARTINS, 1978). Os encaminhados antes desta data possivelmente não foram imunizados.

Como parte do suporte da província goiana para a Guerra foram enviados em 1866 “medicamentos às forças em operação ao sul de Mato Grosso, então comandadas pelo tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, uma vez que o estado sanitário delas, segundo esse militar, era o pior possível, observado o número crescente de doentes e a carência de remédios” (MARTINS, 1978, p. 68). O envio de medicamentos e pus vacínico, por parte da administração de Goiás, se repetiu em 1867 e 1868. José Atanásio Souza Filho (2018) explicita que, enquanto espaço de suporte político administrativo na coordenação da guerra (nos três primeiros anos), Goiás operou com apoio logístico material e na formação de força militar auxiliar, ofertando víveres para manutenção alimentar do exército, o que configurou no desenvolvimento da produção agrícola e pastoril.

Como se vê, foi intenso o movimento de tropas pela região de Goiás, a ocorrência de casos de varíola nesse grupo e a continuidade do contato entre a população dessa província e os militares que atuavam nos campos de batalha. A província goiana é, nesse momento, espaço de passagem para os que se direcionam aos campos de batalha, de origem daqueles responsáveis pelo envio de víveres e medicamentos, bem como destino para aqueles que

² Estava sob o comando do Tenente Coronel Joaquim Mendes Guimarães, dado que o primeiro comandante, o Coronel José Joaquim de Carvalho desertara.

³ Theodoro Rodrigues de Moraes era delegado do cirurgião-mor do Exército.

⁴ Nascido em 1829, era natural da Corte e doutor pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1855.

retornam do *front*. Um cenário que, facilitando o contato e a comunicação, propiciava a propagação da enfermidade, o que deve ter gerado o surto de 1866.

O surto de 1866 em Goiás: a atuação pública no controle da ameaça

Foi neste cenário transformado que, em 1866, o surto da varíola atinge a cidade de Santa Luzia (Goiás), advindo de Paracatu (Minas Gerais), impelindo o governo provincial, por meio de expediente do quatro de maio de 1866, a uma primeira iniciativa: mandar o comissário vacinador providenciar “com urgência tubos e lâminas com pus vacínico” para imunizar a população de Pirenópolis, Silvânia e Formosa (Cor. Oficial, 1866, p. 2). No dia seguinte, encaminha ofício ao delegado de Santa Luzia explicitando que:

Tendo sido ontem informado por ofício do dr. Chefe de polícia de que constava terem aparecido neste termo alguns casos de varíola, que supõe-se transmitida de Paracatu, recomendo-lhe que desenvolva toda sua atividade para impedir que esta epidemia se desenvolva aí; e propague-se pela província devendo ter a vista as instruções que seguem-se ... (Cor. Oficial, ed. 133, s/d, 1866, p. 3)

Como vimos, a significativa preocupação com o risco da epidemia da varíola era potencializada com a *Guerra da tríplice Aliança*, em que o trânsito de pessoas e tropas pelo território goiano era intenso.

A instrução dada pela administração goiana exortava delegados, subdelegados e inspetores de quartirão a proceder enquetes entre os moradores para observarem a existência de “indivíduos infectados”. Identificar se o varioloso era “tratado em casa” ou deixado “em abandono”? Aos tratados em casa cabia à família o zelo e curativo; à polícia cabia empregar os “meios convenientes” para forçar as famílias negligentes a socorrerem os abandonados. Para o socorro aos indigentes abandonados, competia as autoridades municipais proceder o aluguel de uma casa - localizada em lugar afastado, com boa ventilação, contendo camas e utensílios - e contratação de “enfermeiros e enfermeiras com esmero suficiente” para assistência. O enterramento dos cadáveres deveria ser providenciado em local adequado (não especificado no documento), evitando-se o abandono. O envio a essas localidades do pus vacínico ficava condicionado ao recebimento na capital de demanda feita às autoridades imperiais (Cor. Oficial, ed. 133, s/d, p. 2).

O presidente provincial exigiu do delegado interino, do cirurgião-mor e do 1º cirurgião encarregado da enfermaria, a formulação de “**instruções médicas** da maior clareza

para o tratamento da varíola” caso ela invadisse “esta província pelas quais possam **regular-se os particulares**”. As instruções foram elaboradas pelos médicos Thomaz Cardoso de Almeida e Vicente Moretti Fóggia e “impressas em avulso para serem distribuídas convenientemente”. Elas informavam sobre o “tratamento da varíola”, o “preservativo” da vacina e o curativo à disposição dos médicos e particulares. Em seu escrito, os esculápios especificaram a etiologia da enfermidade, distinguindo os dois tipos existentes e os modos de obter o diagnóstico; explicaram como identificar os seus sintomas e características para encaminhar os tratamentos; mostraram o modo de curativo das pústulas e lesões, os medicamentos aconselhados, a forma de desinfecção dos espaços de assistência e as dietas indicadas (Cor. Oficial, ed. 134. s/d, 1866, p. 1; grifo nosso).

O trabalho exigia o contato direto com o doente, portanto passível de ser desenvolvido por outros profissionais. Pois longe dos discursos onde se distinguia o trabalho de médicos e curadores populares, na prática o que se percebe são “diferentes formas de aproximação e de recuo entre as diversas medicinas” (XAVIER, 2003, p. 247). Alguns médicos da Academia Imperial de Medicina questionavam medicações e produtos popularizados pela propaganda, que eram indicados e utilizados por colegas, mas que os deixavam “confundidos pela semelhança existente entre a medicina culta e a medicina popular” (FERREIRA, 2003, p. 115).

Talvez tenha sido a rapidez das iniciativas, que permitiram ao governo provincial, por meio da secretaria de política, informar que “nenhum outro caso de varíola apareceu no termo de S. Luzia” (Cor. Oficial, 30 mai. 1866, p. 2). Como explica Bernardo Fantini, estudos e observações empíricas propiciaram as vacinas no século XVIII; a vacinação antivariólica, introduzida por Edward Jenner, em 1796, expõe a capacidade de proteção contra aquela moléstia, cujo conhecimento se expande rapidamente, transformando-se em princípios do século XIX em uma importante medida de saúde pública (1999, p. 141). Sugere François Delaporte que esta medida de higiene aplicada pela administração impediu grandes flagelos epidêmicos, expondo sobremaneira a intervenção do saber médico sobre os problemas sociais (DELAPORTE, 2004).

O perigo na fronteira: o surto na região Norte de Goiás, a preocupação pública e as recomendações médicas (1873/1874/1875)⁵

Na capital da província, em 28 de novembro de 1873, durante a administração de Antero Cicero d'Assis, divulga-se uma preocupação sanitária para a população: um membro da Guarda Nacional apresentava-se afetado de pústulas, gerando o medo da varíola e sua disseminação. A avaliação que fez o doutor Francisco Antônio de Azeredo,⁶ foi declarada na “exposição do facto suspeito de varíola discreta dado nesta capital”. A origem do indivíduo suspeito da enfermidade era a Comarca do Paranã, ao norte da província,⁷ “onde consta ter chegado uma tripulação gravemente sofredora desse grande mal” (Cor. Oficial, 12 dez. 1873, p. 2). Como explica Mary Karasch, a epidemia vinha pelos rios ou pelas rotas comerciais terrestres, de Belém ou do litoral (1999). E na anamnese do enfermo explica

(...) terem-lhe aparecido as erupções há 12 ou 13 dias, e que há 6 dias mais ou menos tivera alguns frios e febres, e dores de cadeiras, sendo as ditas pústulas pelo rosto, tronco e membros. Ora o ter vindo o paciente da dita comarca do Paranã onde não havia caso algum de varíola, porem ter chegado alguns dias antes de sua partida dois positivos do arraial mencionado do Peixe onde consta ter-se desenvolvido a varíola, e talvez por alguma casualidade pudesse o paciente trazer qualquer objeto que no correr da longa viagem lhe afetasse, chegando nesta cidade há pouco mais de duas semanas; afetado das erupções há 12 ou 13 dias (Cor. Oficial, 12 dez. 1873, p. 2)

Suspeitava-se que o transporte em embarcações fluviais da província do Pará trouxesse o risco do flagelo das bexigas. Azeredo aponta, assentado em sua experiência médico militar na Guerra do Paraguai, as ações a serem tomadas e sua preocupação com o risco de epidemia. Explica, fundado na leitura do médico francês Troneau, lente de clínica da faculdade de Paris, que poderia ser um caso de afecção benigna, mas que “quando epidêmica” pode ser “flagelante e assoladora” como teve “ocasião de observá-la na província de Mato Grosso em 1867, e atualmente reinando em várias outras, algumas das quais confinam com esta” (Cor. Oficial, 12 dez. 1873, p. 2). No seu informe oficioso ao presidente de província relata, que seu posicionamento coadunava com os dos médicos Theodoro Rodrigues de Moraes e Vicente Moretti Fóggia, que o acompanharam na avaliação do suspeito,

⁵ Nesses anos ocorreu epidemia em Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, (SILVEIRA, 2013) e Espírito Santo (FRANCO, 2016).

⁶ Era cirurgião-mor da brigada do corpo de saúde do exército, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1844.

⁷ Trata-se da região norte da província de Goiás, atualmente estado do Tocantins.

Ao anoitecer estávamos já na rua das Flores em casa do dito guarda, e na conferência com os meus ilustres colegas em presença de v. ex. com quanto depois de observarmos o mencionado fato nos parecesse algum tanto duvidoso pela variedade das pústulas, sua marcha mais ou menos irregular, a benignidade dos sintomas, e sobretudo a grande distância donde viera o supradito guarda; julgamos entretanto convincente que fosse logo isolado para o sitio desabitado do finado major Tristão de Mello e Cunha, daqui a quase légua de distância (Cor. Oficial, 12 dez. 1873, p. 2).

Em caso de dúvida, era o medo da epidemia e da mortalidade o principal motor na tomada de decisão. A precaução encaminhava o médico para a medida preventiva do isolamento do suspeito; mesmo que a distância da origem do foco da moléstia em relação à capital levasse a crer que não fosse caso de varíola; que o conhecimento teórico e as características das pústulas e sintomas avaliados encaminhassem para o entendimento de um tipo benigno de infecção. Tendo o médico “levado logo o supradito fato ao conhecimento” do presidente de província, respondendo ao “zelo da humanidade e do serviço público”, este teria operado com “mui acertadas e prontas medidas” que “tomara imediatamente” (Cor. Oficial, 12 dez. 1873, p. 2). O medo da enfermidade alerta tanto políticos quanto médicos, e as ações rápidas dão a segurança do não desenvolvimento do caso em epidemia. Nesse evento, explicava em relatório o presidente de província que “verificou-se que não era varíola, conforme foi tudo publicado na gazeta da província” (Gov. Prov. Rel. In Cor. Oficial, 05 ago. 1874, p. 1)

Como aquele surto, que assustara a população da capital, havia aparecido e se desenvolvido na região norte da província? Na Povoação de Peixe, espaço de origem do militar da Guarda Nacional que levava o medo à capital, bem como nas cidades de Palma e Porto Imperial (Porto Nacional), ações foram tomadas, em condição de emergência, para evitar a propagação da enfermidade. Em julho 1873, o comandante de Santa Maria avisava administração da província “**que a varíola estava grassando** nos habitantes à margem do Tocantins”; a administração provincial solicita ao Comissário Vacinador repassar demanda ao Inspetor Geral dos Presídios de envio de “seis caixinhas com lâminas ou tubos capilares contendo lymphá vacínica” para inoculação a “Jurupensem e outros presídios e destacamentos da linha do Araguaia” (Cor. Oficial, 13 dez. 1873, p. 3).

Precavia-se inoculando os habitantes de espaços de ajuntamento. Posteriormente, o cirurgião-mor Vicente Moretti Fóggia preparou material de vacina e entregou ao alferes

Symphoronio de Souza Telles, que segue para a região como líder de comissão, para prestação de todos os auxílios e para “evitar as comunicações com os pontos atacados pela varíola” (Cor. Oficial, 17 jan. 1874, p. 2). Considerava alto o risco de que o surto atingisse os presídios localizados na região ribeirinha e que mantinham considerável comunicação com o Norte (Gov. Prov. Rel. In Cor. Oficial, 05 ago. 1874, p. 1)

O relatório do presidente de província Antero Cícero de Assis, de 1874, nos permite uma compreensão geral do surto, ocorrido de julho a dezembro de 1873. Ele explica que em agosto havia recebido ofício do juiz municipal de Boa Vista, datada de 1º julho, informando que “aquela cidade **achava-se atacada da varíola**” cujo foco eram as tripulações das embarcações chegadas da província do Pará. Avisa que esclarecimentos dados por particulares advertiam que a “Povoação do Peixe e alguns outros pontos do norte da província se achavam acometidos”. Requisitava a remessa de “lympha vacínica”, o que foi atendido em 2 de setembro de 1873. Possivelmente expedido da corte, já que o comissário vacinador comunica em 30 de agosto que o fluido remetido pelo *Instituto Vacínico* havia dado bons resultados e insistia na “conveniência de serem feitas mensalmente remessas idênticas”. Em resposta, em 2 de setembro, Antero de Assis expede requisição ao Instituto solicitando novos tubos, chapas metálicas, lâminas, para “serem enviadas a diversos pontos da província”, o que foi atendido.⁸ O presidente, preocupado com a prevenção por meio da vacinação da população das povoações com maior densidade populacional, envia o material vacinal e informações às cidades de Meia Ponte (Pirenópolis) e Bonfim (Silvania). Em Meia Ponte, orienta para “que no caso de colher resultado” deveriam ser encaminhadas as pessoas que “tivessem boas pústulas às povoações de Jaraguá, Corumbá”; em Bomfim, a mesma recomendação, agora, no entanto, a pessoa deveria ser encaminhada para Santa Luzia (Luziânia), Pouso Alto e Santa Cruz (Gov. Prov. Rel. In Cor. Oficial, 05 ago. 1874, p. 1; grifos nossos).

A ação localmente se dava na colheita do material, e a partir dali por meio da técnica *braço a braço*, os vacinadores (e vacinados de onde se retirariam as pústulas) deveriam, ao chegarem nestas cidades, se apresentar aos encarregados da vacinação, “afim de serem aproveitadas as mesmas pústulas”, para inoculação da população local; para tanto, o

⁸ A data do recebimento da segunda remessa não foi exposta, mas a explicação leva a crer que tenha ocorrido em jan./fev. de 1874.

presidente aprovava despesas no uso dos recursos necessários. Em Bonfim, verificou-se resultado positivo do procedimento acima exposto, não havendo informação acerca das outras regiões da província para onde foram enviadas remessas, segundo o Relatório. Importa salientar que o procedimento braço a braço, também chamado de *variolização*, ao exigir o retorno do vacinado para averiguação do desenvolvimento da pústula e comprovação do efeito da vacina, era um dos motivos que conduziam à deficiência do desenvolvimento das campanhas vacinais (SOUZA, 2018). A falta de recursos para importação da linfa da Europa, o transporte ineficiente da vacina às províncias distantes, a desconfiança da população e questionamento da eficiência da imunização, são outros pontos indicados por Jorge Prata e Souza para explicar a dificuldade de propagação da prática vacinal no país (2018).

O Ministério do Império e Ministério da Guerra foram avisados em 22 de outubro, junto a um pedido de informações mais detalhadas para tomada de providências, tanto no socorro das populações atingidas quanto na prevenção daquelas ainda em salvaguarda da moléstia. As respostas chegaram em 22 e 31 de dezembro, respectivamente, e aprovavam as medidas tomadas pela autoridade provincial. Nesse meio tempo, a ação da administração provincial ocorreu nos seguintes termos:

(...), em 30 de outubro, havendo quase certeza da invasão da varíola, resolvi mandar socorros aos ditos pontos; e por que não houvesse credito na rubrica respectiva do ministério do império pela qual deviam correr as despesas necessárias”. Para tanto abri um crédito (1500\$000 reis), e a nomeação de dois militares para que conduzissem os socorros (alferes honorário do exército Symphronio de Souza Telles e Hippolito Mariz França do Batalhão do 20). Eles levaram além de 5000\$ reis, as instruções necessárias para a tomada de medidas pelas “diversas autoridades locais sobre o assunto (Gov. Prov. Rel. In Cor. Oficial, 05 ago. 1874, p. 1)

Um dos alferes enviados em missão, “Hyppolito Mariz França regressou, por doente, da povoação do Descoberto e se apresentou nesta capital a 18 de janeiro” de 1874.

Nas principais ocupações urbanas da região, as cidades de São José do Tocantins e Pilar, as autoridades policiais recebem recomendações de constituírem cordão de isolamento, impedindo a entrada de quaisquer indivíduos advindos dos pontos acometidos pela varíola, sem que cumprissem a quarentena à distância de 2 léguas, por 48 horas. Na quarentena, as malas deveriam ser desinfetadas, para isso foi mandado “construir pequenos ranchos nos pontos que fossem mais apropriados” (Gov. Prov. Rel. In Cor. Oficial, 05 ago. 1874, p. 1), só

depois deste procedimento seriam conduzidas às vilas por dois agentes que as receberiam dos estafetas.

O subdelegado de polícia de Currealinho (Itaberaí), próximo a capital, recebeu as mesmas recomendações. Às câmaras municipais, juízes municipais e delegados dos termos de Natividade, Palma e Porto Imperial, foram dados conselhos para apoio aos alferes que viajavam em Comissão, para prestar auxílio a Peixe e Boa Vista, e evitar contato ou comunicações com as populações dos pontos atacados.

O alferes Symphronio de Souza Telles chegou à capital apenas em 14 de abril de 1874, prestando informações de que “a varíola não chegara a grassar nas referidas povoações”. Pois, vinda do Pará, nas tripulações dos barcos pelo rio Tocantins, “não fez na província, a quem da cidade de Porto Imperial, outras vítimas, além das mesmas tripulações; de certo porque os afetados sucumbiram mesmo à margem do rio”. (Gov. Prov. Rel. In Cor. Oficial, 05 ago. 1874, p. 1). O risco de desenvolvimento de epidemia nas povoações do norte da província em 1874, coloca em ação um conjunto de profissionais e de medidas sanitárias. Pois na prática, a difusão da vacinação, mas também a contenção do risco de propagação da doença, como explica Damon (1985) para a realidade francesa, exigiam a atuação de um amplo quadro de leigos para sua aplicação. Segundo despacho da Secretaria Militar, de 02 de março de 1874, não havia mais rastro de varíola nas povoações do Norte (Cor. Oficial, 25 abr. 1874, p. 2).

Em fevereiro, outra vez o medo se faz realidade na capital da província, exigindo que a Junta do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, preste novamente atendimento a um indivíduo advindo de Arraias, para que se verificasse se se tratava de varíola. Ele foi posto em observação a “uma légua’ da cidade, deixando-lhe como suporte “uma cama e mais utensílios e objetos que pelo médico assistente forem requisitados” (Cor. Oficial, 21 fev. 1874, p. 1). O doutor Theodoro de Moraes recomenda as providências “a tomar-se no sentido de garantir a população desta capital e suas circunvizinhanças” contra a “invasão da varíola” e “minorar os estragos dela caso apareça”; o presidente responde-lhe que iria “adotar os meios”, desde “compatíveis com as forças da província” e logo que chegar “qualquer notícia sobre o assunto” (Cor. Oficial, 21 fev. 1874, p. 3)

Em 1875, mais uma vez, ofícios da Câmara Municipal de Porto Imperial chamavam atenção para o risco dos barcos de carreira advindos do Pará (Cor. Oficial, 02 out. 1875, p. 2). O próprio presidente daquela província (José Bento de Figueiredo), preocupado, pede ao

Ministério do Império a verificação da informação e o envio de médicos e ambulância, com suporte da vacinação das pessoas da região (Cor. Oficial, 13 nov. 1875, p. 1). Ao que parece era um falso alarme, mas que confirmava a atenção e a iniciativa das autoridades para evitar a calamidade do desenvolvimento de epidemia, e demonstrava a preocupação com a fronteira e o contato através do transporte fluvial como possível via de entrada da enfermidade em Goiás.

Os surtos da década de 1880 e 1890: a divulgação da vacinação e demanda de sua obrigatoriedade

Em fevereiro de 1882, doutor Francisco Antônio de Azeredo conclama a população da capital para se dirigir a sua residência para imunizarem-se contra a varíola. Ele atuava em substituição ao médico vacinador que se encontrava enfermo, e reforça que, tendo recebido tubos de vacina, faria a aplicação “como melhor convier a bem do público em geral”. As “pessoas não vacinadas, e que não sofreram varíolas” deveriam comparecer a sua residência às quintas feiras. O procedimento havia sido iniciado “pelos aprendizes militares, cujo resultado foi satisfatório”. Seguiria no atendimento as instituições, vacinando os alunos “das escolas primárias, jovens do Liceu, as praças de *prets* em geral”. E, na sequência atenderia “aos demais paisanos, que quiserem aproveitar dos seus melhores desejos de ser útil” (Cor. Oficial, 25 fev. 1882, p. 4).

Em fins de dezembro, a varíola era noticiada e, antes do contágio da moléstia, se alastrava o medo entre os habitantes. O Jornal *A tribuna Livre* informa que “Cartas recentes de Meia Ponte noticiam que a varíola já transpôs o Paranahyba em S. Rita”. E pondera:

Não podemos asseverar que tal notícia seja verdadeira; mas basta sua existência para despertar sustos na população e cuidados da parte da autoridade.

Parece-nos convincente que se procure, com toda a brevidade, verificar a exatidão do fato, para que possam ser oportunas as providencias de cautela, que acaso se julguem apropriadas para impedir a propagação de terrível epidemia.

Também não seria inoportuno empregarem-se esforços no sentido de facilitar a vacinação e compelir o povo a procura-la

Em casos tais nunca a previdência pecara pelo excesso (02 dez. 1882, p. 4).

Uma recente convocação para vacina alarmava a população e gerava burburinho. No noticiário, as autoridades se exprimem: “declaramos ser infundada a notícia que tem circulado

nesta capital, da invasão da varíola, e muito menos a de haver pessoas aqui afetadas dela” (Cor. Oficial, 9 dez. 1882, p. 4).

Infundada ou não, a notícia incentivava a iniciativa médica. No mês seguinte, através de anúncio, o médico Francisco Antônio de Azevedo difunde sua confiança no poder preventivo e preservador da imunização, e avisa que tendo recebido “caixinhas e tubos vacínicos” e experimentado “em mais de 20 pessoas entre soldados e paisanos com bom êxito, possuía pus em abundância para inoculação “de braço a braço” e esperava “que todos os habitantes desta capital e circunvizinhança não vacinados venham utilizar-se do mesmo fluido”. Azevedo conclamava a buscarem a vacinação, que ele procedia todas as sextas-feiras em sua residência, e expunha poder expandir o número de vacinados, desde que houvesse “pessoas idôneas” dispostas e capazes a proceder a inoculação nos “principais municípios desta província”, fornecendo “como já tem feito com 4 a 6 tubos a cada uma, afim de ser propagada por toda ela” (Cor. Oficial, 13 jan. 1883, p. 4).

Em fevereiro de 1883, confirmava-se a veracidade da notícia anteriormente veiculada e de que o perigo vinha de fora, naquele caso da Província de Minas Gerais,⁹ onde haviam povoações atacadas pela moléstia, impondo o envio de pedido de remessa de fluido vacínico ao Ministério do Império (Cor. Oficial, 03 fev. 1883, p. 3). Em agosto de 1884, o comissário vacinador, Moretti Fóggia, informava que outra vez a cidade de Boa Vista, na região norte, era atingida pelas bexigas; o médico havia dirigido ao chefe de polícia e à Câmara Municipal instruções para debelar o surto e evitar a ocorrência de epidemia; e produzido e espalhado circular denominada “medidas preventivas para a salubridade pública”, divulgada com as devidas prescrições a serem seguidas (Cor. Oficial, 15 nov. 1884, p. 1).

Sidney Chalhoub aponta que a década de 1880 foi de crise nos serviços de vacinação no Brasil. Em Goiás, no decorrer da década de 1880, nos jornais, a inspetoria de higiene continuava a fazer conclames para a vacinação, que passava, em 1887, a ser realizada no espaço do Hospital da Caridade, e cujo chamamento reclamava a ação dos “chefes de família” (O Pub. Goyano, 10 set. 1887, p. 4). Se de um lado há crise na organização administrativa relativa à produção e distribuição da vacina, de outro há um aumento do cerco aos que fugiam da vacinação e de medidas políticas para incentiva-la. Chalhoub explica que foram anos

⁹ Segundo se pode perceber de fontes oficiais, naquele ano, todo o império havia sofrido com manifestações da epidemia de varíola, que flagelou as províncias” e a corte. Cor. Oficial, 2 jun. 1883, p. 1.

conturbados os do início do regime republicano, havendo confusão no serviço de vacinação, onde as atividades eram divididas “entre a Inspetoria de Higiene, órgão do governo central, e o Instituto Vacinogênico, estabelecimento criado pelo barão de Pedro Afonso, que recebera concessão governamental para produzir e propagar a vacina animal no país” (1996, p. 158).

De todo modo é possível, que o trabalho de leigos na vacinação talvez tenha caráter positivo, haja vista a avaliação de que “a vacinação bovina foi inicialmente bem recebida” devido à “experiência prévia com auto inoculação”, e de que a prática da *variolização* era geralmente feita por curandeiros negros (KARASCH, 1999, p. 53). Deste modo, essa proximidade com práticos populares podia ser vista como elemento facilitador de sua aceitação, bem como estratégia de ampliação do público atendido.

Em carta divulgada pela imprensa, em 1890, o cidadão C. G. S. Guimarães adverte ao inspetor de higiene ter sido comunicado que “no arraial dos Paulistas, Estado de Goyaz” haviam “dois viajantes acometidos de varíola”. Ele aproveitava para exortar sobre a contagiosidade da moléstia e sobre a eficácia da vacinação, lembrando sua obrigatoriedade na Europa onde a lei punia os recalcitrantes, evitando “que as crianças” fossem “vítimas do desmazelo, ou inercia dos pais” (Jornal Goyaz, 14 mar. 1890, p. 4).

No Brasil, como nos informa Sidney Chalhoub, a compulsoriedade da imunização infantil na Corte começou a ser estabelecida no Código de Postura Municipal em 1830, e em caso de descaso familiar, os responsáveis “ficavam sujeitos à multa” (CHALHOUB, 1996, p. 152). Ele insiste na constituição de uma “tradição normativa sobre vacinação” que se consubstancia em relação aos adultos a partir da década de 1870, com cobrança de vacinação para emprego público, acesso à escola, etc., (1996, p. 153).

A insistência por parte do autor da carta sobre a cobrança de compulsoriedade, nos faz desconfiar que a legislação local não impunha a norma nacional, ou havendo suporte legal, as autoridades faziam “vistas grossas” frente ao comportamento popular de rejeição à vacina. Em todo o país, explica Silveira (2013), os médicos buscavam convencer, vencer a aversão popular, e impor a medicina científica e a prática vacinal a uma população que desconfiava da eficácia do preventivo e da resolutividade médica.

Foi o que fez no ano seguinte o Inspetor de Higiene José Netto de Campos Carneiro. Endereçando-se ao governador, Rodolpho Gustavo da Paixão, chama a atenção sobre o fato

do desenvolvimento da epidemia no estado vizinho (Mato Grosso) e aconselha-o a tomar as providências cabíveis. Se posiciona afirmando: "Julgo de toda urgência o **emprego dos meios profiláticos** e peço para que seja **instituído, o quanto possível obrigatoriedade da vacinação e revacinação nesta capital** e em todos os povoados deste Estado, e estabelecidas as medidas quarentenárias entre este e o Estado de Mato-Grosso" (Jornal Goiás, 02 jan. 1891, p. 2; grifos nosso)

Em 1898, a preocupação da Saúde Pública era a moléstia que havia se manifestado no "arraial do Chapéu e nos municípios de Cavalcante e Forte, **causando lamentável número de vítimas**" (Mensagem ... in Jornal Goyaz, 02 jun. 1902, p. 3). O governo do estado expunha sua preocupação com a reforma estatal que estabelecia ser competência administrativa do estado e dos municípios a execução dos serviços sanitários para socorro à população em condições anormais e de calamidade pública. Cobrava do legislativo estadual que era urgente a reorganização do serviço Sanitário do Estado. Informa que, em decorrência do surto, havia tomado as providências de: remeter material de vacinação aos intendentess municipais, fornecer apoio militar das praças do Corpo de Polícia para o estabelecimento de cordão sanitário e abrir crédito para financiamento das ações de emergência.

Os intendentess municipais foram avisados, receberam tubos de linfa vacínica e um exemplar do trabalho escrito pelo médico José Netto de Campos Carneiro, a pedido do Governo, explicando sintomas, evolução, meios de tratamento, desinfecção da varíola, "que poderá ser bastante útil aos habitantes dessa localidade contra aquela enfermidade, cuja invasão se receia em alguns pontos do norte do Estado" (Sem. Oficial, 08 mar. 1899, p. 2).

Os intendentess de Cavalcante e de Forte recebiam "um vidro de cremor de tártaro solúvel, um dito de sulfato de quinino, um pacote de sabugueiro e outro de sal amargo, **acompanhado do diretório** que deve ser observado na aplicação desses medicamentos". Eram, ainda, enviadas às autoridades locais: praças do corpo de polícia para cordão sanitário e verbas (1:000 reis) para custear as despesas para debelar o risco (Sem. Oficial, 15 mar. 1899, p. 1; 03 abr. 1899, p. 3). As ações tomadas pela administração seguem um padrão observado já no surto de 1866.

Além dos municípios citados, à Formosa é enviado o apoio de um grupo de praças para estabelecer o cordão sanitário com o objetivo de evitar a invasão da varíola. O risco era advindo da presença de um sargento e praças vindos de Santa Maria de Taguatinga, que

deveriam segundo ordem do governo, serem encaminhados para a capital do Estado (Sem. Oficial, 23 mar. 1899, p. 4). O surto interrompe as comunicações postais entre a capital e as “localidades do Norte, além de São José do Tocantins”; desse modo o governo, se comunica com o intendente de Cavalcante, demandando que um militar do corpo de polícia dali siga até Arraias “levando para diversos pontos tubos de linfa vacínica e **guias médicos** para o tratamento dos variolosos” e que colha informações “sobre o estado sanitário dos municípios vizinhos” (Sem. Oficial, 03 abr. 1899, p. 2).

Retomando o evento em seu relatório, o chefe do executivo insiste na reclamação da inexistência do Serviço Sanitário estadual, e do atraso na elaboração e publicação do decreto de lei complementar de Reforma Constitucional que aparelharia o estado para defesa contra a epidemia, “como a que acaba de **tão funestamente** visita-lo”, e informa que o surto foi extinto em novembro daquele ano (Sem. Oficial, 27 jun. 1899, p. 1).¹⁰ Avaliando a reação pública aos eventos, observamos um crescendo na preocupação com a prevenção, e agilidade na atuação de contenção quando da ocorrência de casos. Gilka Salles afirma que em 1899, o governador do Estado Urbano Gouveia “recebe telegrama sobre o envio de duzentos tubos de vacina, tendo a remessa continuado mensalmente, embora nem sempre fosse devidamente utilizada” (1999, p. 94). O que nos permite argumentar no reforço do compromisso das autoridades públicas no sentido de propagar a prática vacinal, embora dificultada pela difícil organização no processo de aplicação nos diversos rincões deste sertão.

Considerações Finais

Durante toda a segunda metade do século XIX na província goiana, a varíola constituiu-se em corporificação do temor, do contágio da doença, da ocorrência de epidemia e consequentemente da morte para os sujeitos atingidos. Para a administração pública, ela era de um lado o modo como atuava preventivamente através da vacinação, e coletivamente, quando da indicação de surto, agia no setor sanitário com iniciativas evitando o desenvolvimento de epidemia. Estas ações seguiam um padrão identificado pelas fontes consultadas. Nos surtos ocorridos em Goiás nota-se: a intensificação da ação de vacinação nos espaços de ajuntamento de população; a produção de guias, diretórios, ou recomendações

¹⁰ Cobra a decretação da lei complementar ao artigo 69, § 12, n. VII da Constituição Política da República.

dos médicos para atuação de particulares ou leigos; a atuação militar estabelecendo cordão sanitário; o isolamento dos suspeitos em espaço distante das cidades, etc.

As práticas de inoculação e sua divulgação parecem sofrer um crescendo ao longo dos anos, sendo inclusive demandada nos jornais a atuação da administração para sua compulsoriedade. Mas, se observamos mais detidamente, notamos que para além da participação de médicos, que atuaram como vacinadores e na preparação do material necessário para a imunização na capital; percebemos no cotidiano uma gama de profissionais leigos nas câmaras municipais, nos fortes e presídios, nos juizados municipais que atuavam na aplicação deste preventivo junto a população no interior da província. Ademais no âmbito da assistência aos doentes, percebemos que quando da ocorrência de surto, o suporte era dado por militares formando cordões de isolamento, por enfermeiros no atendimento aos variolosos em espaços isolados, por delegados, subdelegados e inspetores/fiscais de quartirão pesquisando a existência de doentes, suas condições, etc.,

O material vacinal advindo do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro, sem constância, normalmente levava um tempo longo para chegar a província o que constituía como motivo para perda de sua qualidade. Em momentos em que o risco de uma epidemia se tornou eminente, como em 1866 ou 1874, o recurso à Província de Minas Gerais foi salutar e solucionou a necessidade de pus vacínico para aplicação. Para além destas questões gerais, em Goiás, há uma dificuldade incontestável de manutenção da regularidade da vacinação, pela má qualidade material, e falta de recursos técnicos e profissionais para sua propagação. Mesmo os Vacinadores Provinciais que atuavam com maior assiduidade na capital dividiam seu tempo de trabalho com outras várias atividades. E, lidavam com a dificuldade em obter, pelo recurso da vacinação de braço a braço, a qualidade do fluído obtido, que se degenerando constituía-se em risco de perda da confiança popular já claudicante. A cobrança por participação familiar e popular no incentivo à vacinação se torna mais comum nos espaços dos jornais, com anúncios médicos e cartas conclamando a adesão.

Contradizendo o descaso da administração com a vacina e com o risco de epidemia, temos em primeiro lugar preocupação constante com a enfermidade e corrente demanda por envio de material pelo Instituto Vacínico. Segundo, a cobrança da atuação dos médicos locais na preparação de material voltado a um conjunto de leigos para atendimento preventivo da comunidade no serviço de vacinação e revacinação. E terceiro, a constituição de atividade de

atendimento preventivo nos aspectos sanitários voltados para contenção de surtos em diversos locais da província, agindo especialmente contra o perigo quando desta identificação; nestes momentos, além da atuação de força militar para cordão sanitários, há a produção de artigos médicos com informações possibilitando a atuação de práticos, particulares ou leigos para tratamento dos atingidos.

Por fim, ao pensarmos varíola e vacinação em Goiás no século XIX, em geral notamos a falta de dados que nos permitam acessar o índice de alcance das ações profiláticas, bem como o número de vítimas dos surtos. No entanto, a menção a doença “estava grassando”, “causando lamentável número de vítimas”, ou que determinada região “achava-se atacada” pode nos indicar um grau de intensidade de sua ocorrência. Os elementos justificadores são de um lado a falta de profissionais para observação dos dados e de outro a possibilidade de que, para além do trabalho de inoculação, por parte dos populares, práticos ou leigos, a *variolização* tenha sido uma prática propalada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- A tribuna Livre. Varíola. Goiás, 2 dez. 1882, p. 4.
- Correio Oficial (ed. 135). Tratamento da Varíola. Goiás, s/d mai. 1866, p. 2 e 3.
- Correio Oficial de Goiás. Salubridade Pública. 12 dez. 1873, p. 2.
- Correio Oficial, ed. 133, 1866, p.2 e 3.
- Correio Oficial. Anúncio. Goiás, 13 jan. 1883, p. 4.
- Correio Oficial. Anúncio. Goiás, 25 fev. 1882, p. 4.
- Correio Oficial. Ed. 134. Goiás, s/d, 1866, p. 1.
- Correio Oficial. Ed. 135. Goiás, s/d, 1866, p. 1.
- Correio Oficial. Goiás 15 nov. 1884, p. 1 e 2.
- Correio Oficial. Goiás, 02 out. 1875, p. 2;
- Correio Oficial. Goiás, 13 nov. 1875, p. 1.
- Correio Oficial. Goiás, 17 jan. 1874, p. 2.
- Correio Oficial. Goiás, 21 fev. 1874, p. 1.
- Correio Oficial. Goiás, 21 nov. 1867, p. 3.
- Correio Oficial. Goiás, 25 abr. 1874, p. 2.
- Correio Oficial. Goiás, 28 set. 1867, p. 4.
- Correio Oficial. Goiás, 30 nov. 1867, p. 4.

- Correio Oficial. Governo Geral – Assembleia Geral Legislativa - Fala do Trono. Goiás, 2 jun. 1883, p. 1.
- Correio Oficial. Noticiário. Goiás, 30 mai. 1866, p. 2.
- Correio Oficial. Ofícios. Goiás, 03 fev. 1883, p. 3.
- Correio Oficial. Varíola. Goiás, 9 dez. 1882, p. 4.
- Correio Oficial/supl., n. 302. Parte oficial – Governo Provincial. Goiás, 13 dez. 1873, p. 3.
- Estado de Goiás, Mensagem enviada à Câmara dos Deputados, 13 mai. 1899 pelo dr. Urbano Coelho de Gouvea, presidente do Estado. Goyaz, Typ. Perseverança, 1899. In Semanário Oficial. Goiás, 27 jun. 1899, p. 1.
- Governo Provincial: Relatório apres., à Assembleia Legislativa Provincial pelo exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, pres., da província em 1º jun. 1874. In Correio Oficial, 05 ago. 1874, p. 1.
- Jornal Goyaz. Ao sr. Inspetor de higiene. Goiás, 14 mar. 1890, p. 4.
- Jornal Goyaz. Varíola. Goiás, 02 jan. 1891, p. 2
- Mensagem enviada ao Congresso Legislativo pelo presidente do Estado dr. José Xavier de Almeida em 24 mai. 1902. In Jornal Goyaz. Goiás, 02 jun. 1902, p. 3.
- O Publicador Goyano. Seção Noticiosa. Goiás, 04 abr. 1885, p. 3.
- O publicador Goyano. Vaccina. Goiás, 10 set. 1887, p. 4.
- Semanário Oficial. Circular (datada do dia 17). Goiás, 08 mar. 1899, p. 2
- Semanário Oficial. Circular (dia 12). Goiás, 03 abr. 1899, p. 2.
- Semanário Oficial. Circular. 15 mar. 1899, p. 1.
- Semanário Oficial. Goiás, 23 mar. 1889, p. 4.
- Semanário Oficial. Secretaria do Interior, Justiça Segurança Pública - avisos. Goiás, 15 mar. 1899, p. 1.

Referências

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAMON, Pierre. A cruzada antivariólica. In: LE GOFF, Jacques (org). *As doenças têm história*. Terramar, Lisboa, 1985.
- DELAPORTE, François. In: LECOURT, Dominique. *Dictionnaire de la pensée médicale*. Quadriage/PUF, 2004, p. 421-422.
- DOURADO, Maria Teresa Garritano. História social da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. *Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 129-150, jul./dez. 2011.*
- FERNANDES, Tânia Maria. Varíola: doença e erradicação. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. Surtos Epidêmicos de varíola na Província do Espírito Santo: século XIX. In: FRANCO, Sebastião P.; NASCIMENTO, Dilene R.; SILVEIRA, Anny J. T. (orgs). *Uma História brasileira das doenças*. v. 6. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

GAZÊTA, Arlene. *Uma história do combate à varíola no Brasil: do controle à erradicação*. 2006. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

KARASCH, Mary C. História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira (org.) *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível – uma contribuição à história da medicina em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Terramar, Lisboa, 1985.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai*. Dissertação de mestrado ICHL/Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, jul.-set. 2003, p. 939-962.

PIMENTA, Tania Salgado. A arte da sangria: circularidade de ideias e práticas (Rio de Janeiro, I metade do século XIX). In: Mobilidade humana e circularidade de ideia – diálogos entre a América Latina e a Europa. *Diaspore 7*, 2017.

SALLES, Gilka V. F. de. Saúde e doenças em Goiás (1826-1930). In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira (org.) *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível – uma contribuição à história da medicina em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

SILVEIRA, Anny Jacqueline Torres. A varíola no Brasil do século XIX. In: FRANCO, Sebastião P.; NASCIMENTO, Dilene R.; MACIEL, Ethel L. N. (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. v. 4. Belo Horizonte, MG: T raço Fino, 2013.

SOUSA, Jorge Prata de. As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana Maul (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. v. 1. Brasília: Paralelo 15, 2004.

SOUSA, Jorge Prata de. Campanha de vacinação da varíola durante a guerra contra o Paraguai, 1865-1870. In: FRANCO, Sebastião P.; NASCIMENTO, Dilene R.; SILVEIRA, Anny J. T. (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. v. 8. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2018.

SOUZA FILHO, José Atanásio. *Cruzando os caminhos do passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na guerra do Paraguai*. 2018. (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

XAVIER, Regina. Dos Males e suas curas. In: CHALHOUB, Sidney et al. (orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.